



## LEI ORDINÁRIA Nº 1.742/2025

De 18 de Novembro de 2025

ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI ORDINÁRIA Nº 348, DE 14 DE JUNHO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O sr. **ALVARO GALVAN**, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Ordinária nº 348, de 14 de junho de 2.000, passando a ser a seguinte:

**Art. 1º** As pistas de rolamento das estradas vicinais do Município de Tapurah terão por força da presente Lei, no mínimo, 07 (sete) metros de largura.

**Art. 2º** Altera-se, também, a redação do art. 2º da referida lei e seus parágrafos, passando a ser a seguinte:

**Art. 2º.** Os proprietários de terras que fazem divisas com estradas vicinais, e/ou estradas vicinais cortem a propriedade, obrigam-se deixar, no mínimo 11 (onze) metros para cada lado a partir do eixo central, sendo considerado esse perímetro como área *non aedificandi*.

(...)

**§ 1º.** O excedente de metros de cada lado, conforme previsto no caput do presente artigo, será utilizado pelo Município para construção de drenos, visando o escoamento das águas.

**§ 2º.** Em caso de utilização pelo proprietário da área excedente, e entendido pela Secretaria de infraestrutura e Obras que esteja trazendo prejuízos às estradas, o Município, sem prévio aviso e/ou indenização de espécie alguma, poderá fazer uso das áreas, cabendo ainda aplicação de multas de 2.000 à 2.500 UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso).

**§ 3º.** Caso haja necessidade por parte do Poder Público Municipal em fazer micro bacias, poderá ser utilizado mais 10 (dez) metros além daqueles já definidos no presente artigo, em caso de desaguadouro poderá ser utilizado mais 20 (vinte) metros, ou os proprietários, em negociação com a Secretaria



# TAPURAH

## PREFEITURA

de infraestrutura e Obras poderão executar o serviço evitando que a cerca seja removida.

**Art. 3º.** Permanecem inalteradas as demais disposições da lei.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revoga-se as disposições em contrário, em especial da Lei Ordinária nº 14, de 27 de fevereiro de 1989.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao décimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ALVARO  
GALVAN:014  
97785979

Assinado de forma  
digital por ALVARO  
GALVAN:01497785979  
Dados: 2025.11.19  
13:54:43 -04'00'

**ALVARO GALVAN**  
**Prefeito Municipal**





Ano 14 N° 3753

Página 300

Divulgação quarta-feira, 19 de novembro de 2025

Publicação segunda-feira, 24 de novembro de 2025

Art. 4º. O encaminhamento das prestações de contas, relativas à destinação dos recursos deverão ser realizadas pelo tesoureiro ou presidente do conselho, ao Departamento de Convênios até o dia 30 de junho de 2026.

Art. 5º O conselho de segurança deverá seguir em todas as aquisições de materiais ou na contratação de serviços o princípio da economicidade de recursos, observando o preço e efetuando a pesquisa de mercado, sendo obrigatória a obtenção de no mínimo três orçamentos, devidamente comprovada na prestação de contas, objetivando o melhor aproveitamento possível dos recursos.

Art. 6º É reservado ao município o direito de acompanhar e avaliar a execução dos serviços "in loco" da utilização dos recursos e solicitar outras informações que por ventura sejam necessários até 05 (cinco) anos, contados da aprovação de contas pelo TCE das contas do Município de Tapurah, correspondente ao período de prestação de contas do auxílio.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao décimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

**ALVARO GALVAN**

**Prefeito Municipal**

### LEI ORDINÁRIA N° 1.742/2025

ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI ORDINÁRIA N° 348, DE 14 DE JUNHO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O sr. ALVARO GALVAN, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Ordinária nº 348, de 14 de junho de 2.000, passando a ser a seguinte:

Art. 1º As pistas de rolamento das estradas vicinais do Município de Tapurah terão por força da presente Lei, no mínimo, 07 (sete) metros de largura.

Art. 2º Altera-se, também, a redação do art. 2º da referida lei e seus parágrafos, passando a ser a seguinte:

Art. 2º Os proprietários de terras que fazem divisas com estradas vicinais, e/ou estradas vicinais cortem a propriedade, obrigam-se deixar, no mínimo 11 (onze) metros para cada lado a partir do eixo central, sendo considerado esse perímetro como área non aedificandi.

( )

§ 1º. O excedente de metros de cada lado, conforme previsto no caput do presente artigo, será utilizado pelo Município para construção de drenos, visando o escoamento das águas.

§ 2º. Em caso de utilização pelo proprietário da área excedente, e entendido pela Secretaria de infraestrutura e Obras que esteja trazendo prejuízos às estradas, o Município, sem prévio aviso e/ou indenização de espécie alguma, poderá fazer uso das áreas, cabendo ainda aplicação de multas de 2.000 à 2.500 UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso).

§ 3º. Caso haja necessidade por parte do Poder Público Municipal em fazer micro bacias, poderá ser utilizado mais 10 (dez) metros além daqueles já definidos no presente artigo, em caso de desaguadouro poderá ser utilizado mais 20 (vinte) metros, ou os proprietários, em negociação com a Secretaria de infraestrutura e Obras poderão executar o serviço evitando que a cerca seja removida.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições da lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se as disposições em contrário, em especial da Lei Ordinária nº 14, de 27 de fevereiro de 1989.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao décimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

**ALVARO GALVAN**

**Prefeito Municipal**

### LEI ORDINÁRIA N° 1.743/2025

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE TAPURAH A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O sr. ALVARO GALVAN, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar bens móveis inservíveis, eletrônicos ou não, de propriedade do Município de Tapurah, a instituições sem fins lucrativos regularmente constituídas, sediadas ou não no Município.

§ 1º Consideram-se bens inservíveis, para fins desta Lei, aqueles que, em razão do uso, desgaste ou obsolescência, não atendam mais às necessidades da Administração Pública, mas ainda possam ser aproveitados por terceiros.

§ 2º As doações de que trata este artigo deverão observar o interesse público e a finalidade social das instituições beneficiadas.

Art. 2º As instituições interessadas deverão estar legalmente constituídas, possuir finalidade social compatível com a destinação dos bens e comprovar que atuam em benefício da comunidade local.

Art. 3º A doação será formalizada mediante termo próprio, contendo:

I – a descrição detalhada dos bens doados;



**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

**AUTOGRAFO DE LEI Nº 109/2025**

De 18 de Novembro de 2025

**SÚMULA:** Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária nº 348, de 14 de junho de 2000 e dá outras providências.

O Senhor **CLEOMAR ETERNO DE CAMPOS**, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara aprovou o seguinte **Projeto de Lei Ordinária:**

**Art. 1º** Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Ordinária nº 348, de 14 de junho de 2.000, passando a ser a seguinte:

**Art. 1º** As pistas de rolamento das estradas vicinais do Município de Tapurah terão por força da presente Lei, no mínimo, 07 (sete) metros de largura.

**Art. 2º** Altera-se, também, a redação do art. 2º da referida lei e seus parágrafos, passando a ser a seguinte:

**Art. 2º.** Os proprietários de terras que fazem divisas com estradas vicinais, e/ou estradas vicinais cortem a propriedade, obrigam-se deixar, no mínimo 11 (onze) metros para cada lado a partir do eixo central, sendo considerado esse perímetro como área *non aedificandi*.

(...)

**§ 1º.** O excedente de metros de cada lado, conforme previsto no caput do presente artigo, será utilizado pelo Município para construção de drenos, visando o escoamento das águas.

**§ 2º.** Em caso de utilização pelo proprietário da área excedente, e entendido pela Secretaria de infraestrutura e Obras que esteja trazendo prejuízos às estradas, o Município, sem prévio aviso e/ou indenização de espécie alguma, poderá fazer uso das áreas, cabendo ainda aplicação de multas de 2.000 à 2.500 UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso).





**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

§ 3º. Caso haja necessidade por parte do Poder Público Municipal em fazer micro bacias, poderá ser utilizado mais 10 (dez) metros além daqueles já definidos no presente artigo, em caso de desaguadouro poderá ser utilizado mais 20 (vinte) metros, ou os proprietários, em negociação com a Secretaria de infraestrutura e Obras poderão executar o serviço evitando que a cerca seja removida.

**Art. 3º.** Permanecem inalteradas as demais disposições da lei.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revoga-se as disposições em contrário, em especial da Lei Ordinária nº 14, de 27 de fevereiro de 1989.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, 18 de Novembro de 2025.

CLEOMAR  
ETERNO DE  
CAMPOS:85817  
767104  
**Cleomar Eterno de Campos**  
Presidente

Assinado de forma  
digital por CLEOMAR  
ETERNO DE  
CAMPOS:85817767104  
Dados: 2025.11.18  
13:09:38 -04'00'



## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 64, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

UNANIMIDADE	
Sessão de	03 / 10 / 20 25
Votos Contrários	—
Votos Favoráveis	07
PRESIDENTE	

Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária nº 348, de 14 de junho de 2000 e dá outras providências.

O Sr. Alvaro Galvan, Prefeito de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, propõe a edição da seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Ordinária nº 348, de 14 de junho de 2.000, passando a ser a seguinte:

**Art. 1º** As pistas de rolamento das estradas vicinais do Município de Tapurah terão por força da presente Lei, no mínimo, 07 (sete) metros de largura.

**Art. 2º** Altera-se, também, a redação do art. 2º da referida lei e de seus parágrafos, passando a ser a seguinte:

**Art. 2º.** Os proprietários de terras que fazem divisas com estradas vicinais, e/ou estradas vicinais cortem a propriedade, obrigam-se deixar, no mínimo 15 (quinze) metros para cada lado a partir do eixo central, sendo considerado esse perímetro como área *non aedificandi*.

§ 1º. O excedente de metros de cada lado, conforme previsto no caput do presente artigo, será utilizado pelo Município para construção de drenos, visando o escoamento das águas.

§ 2º. Em caso de utilização pelo proprietário da área excedente, e entendido pela Secretaria de infraestrutura e Obras que esteja trazendo prejuízos às estradas, o Município, sem prévio aviso e/ou indenização de espécie alguma, poderá fazer uso das áreas, cabendo ainda aplicação de multas de 2.000 à 2.500 UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso).

À Comissão de Justiça e Redação
Obras, Serviços Públicos e Terras
Para emitir parecer
Em 29 / 10 / 20 25
PRESIDENTE





# TAPURAH

## PREFEITURA

§ 3º. Caso haja necessidade por parte do Poder Público Municipal em fazer micro bacias, poderá ser utilizado mais 10 (dez) metros além daqueles já definidos no presente artigo, em caso de desaguadouro poderá ser utilizado mais 20 (vinte) metros, ou os proprietários, em negociação com a Secretaria de infraestrutura e Obras poderão executar o serviço evitando que a cerca seja removida.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições da lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

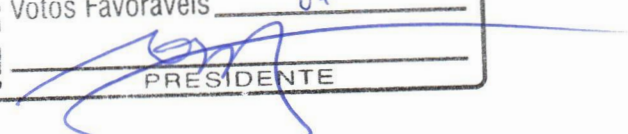
Art. 5º. Revoga-se as disposições em contrário, em especial da Lei Ordinária nº 14, de 27 de fevereiro de 1989.

Gabinete do Prefeito de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ALVARO  
GALVAN:01497  
785979

Assinado de forma digital  
por ALVARO  
GALVAN:01497785979  
Dados: 2025.10.24  
16:15:54 -04'00'

**ALVARO GALVAN**  
Prefeito Municipal

<b>APROVADO</b>	Por <u>MAIORIA ABSOLUTA</u>
	Em Sessão de <u>17</u> / <u>11</u> / 20 <u>25</u>
	Votos Contrários <u>02</u>
	Votos Favoráveis <u>07</u>
 _____ PRESIDENTE	



# TAPURAH

## PREFEITURA

OFÍCIO N°. 66/2025/JUR/PMT

Tapurah, 24 de outubro de 2025.

Exmo. Sr.  
Cleomar Eterno de Campos  
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Tapurah  
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 685/2025  
Data: 24/10/2025 - Horário: 17:24  
Administrativo - OFADM 66/2025

Vimos à presença de Vossa Excelência, e dos Dignos Vereadores que compõem esta Egrégia Casa de Leis, a sra. Mariele Vitoria Kerber da Silva, Assistente Jurídico do município, utilizando-se das prerrogativas concedidas pela Lei Orgânica do Município vem **SOLICITAR** a inclusão dos Projetos de Lei Ordinária nº 64, 65 de 2025, seguindo os trâmites normais de votação em razão a sua matéria a ser objeto de discussão, quais sejam:

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 64/2025:** ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI ORDINÁRIA Nº 348, DE 14 DE JUNHO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 65/2025:** ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.109/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Certos de contarmos com o valoroso apoio de Vossa Excelência, reiteramos votos de estima e apreço.

MARIELE VITORIA  
KERBER DA SILVA

Assinado de forma digital por  
MARIELE VITORIA KERBER DA SILVA  
Dados: 2025.10.24 16:23:09 -04'00'

**MARIELE VITORIA KERBER DA SILVA**  
Assistente jurídico





**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT  
TEL: (066) 99216-3119

**PARECER JURÍDICO**

**Projeto de Lei Ordinária nº 64/2025** – Altera dispositivos da Lei Ordinária nº 348/2000 e dá outras providências.

Trata-se de projeto de Lei Ordinária 64/2025 de iniciativa do Poder Executivo Municipal, no qual visa alterar a largura da pista de rolamento das estradas vicinais no município de Tapurah regulamentada pela Lei 348/2000 e dá outras providências.

É o breve relatório.

Pois bem a presente matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados aos Municípios consoante regra de Competência dos Municípios prevista no artigo 30, incisos I Constituição Federal.

**Constituição Federal:**

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Consoante a competência prevista na Lei Orgânica Municipal temos o art. 9º, inciso I da Lei Orgânica Municipal:

**Lei Orgânica do Município de Tapurah:**

**Art. 9º.** Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentro outras as seguintes atribuições:

I - legislar sobre o assunto de interesse local;

(...)

O presente projeto de lei 64/2025 possui a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Ordinária nº 348, de 14 de junho de 2.000, passando a ser a seguinte:

**Art. 1º** As pistas de rolamento das estradas vicinais do Município de Tapurah terão por força da presente Lei, no mínimo, 07 (sete) metros de largura.

**Art. 2º** Altera-se, também, a redação do art. 2º da referida lei e de seus parágrafos, passando a ser a seguinte:



**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT  
TEL: (066) 99216-3119

**Art. 2º.** Os proprietários de terras que fazem divisas com estradas vicinais, e/ou estradas vicinais cortem a propriedade, obrigam-se deixar, no mínimo 15 (quinze) metros para cada lado a partir do eixo central, sendo considerado esse perímetro como área *non aedificandi*.

**§ 1º.** O excedente de metros de cada lado, conforme previsto no caput do presente artigo, será utilizado pelo Município para construção de drenos, visando o escoamento das águas.

**§ 2º.** Em caso de utilização pelo proprietário da área excedente, e entendido pela Secretaria de infraestrutura e Obras que esteja trazendo prejuízos às estradas, o Município, sem prévio aviso e/ou indenização de espécie alguma, poderá fazer uso das áreas, cabendo ainda aplicação de multas de 2.000 à 2.500 UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso).

**§ 3º.** Caso haja necessidade por parte do Poder Público Municipal em fazer micro bacias, poderá ser utilizado mais 10 (dez) metros além daqueles já definidos no presente artigo, em caso de desaguadouro poderá ser utilizado mais 20 (vinte) metros, ou os proprietários, em negociação com a Secretaria de infraestrutura e Obras poderão executar o serviço evitando que a cerca seja removida.

**Art. 3º.** Permanecem inalteradas as demais disposições da lei.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revoga-se as disposições em contrário, em especial da Lei Ordinária nº 14, de 27 de fevereiro de 1989.

Em um comparativo podemos observar melhor as propostas de alteração:

Redação Atual Lei 348/2000	Projeto de Lei 64/2025
<b>Art. 1º.</b> As pistas de rolamento das estradas vicinais do Município de Tapurah terão por força da presente Lei, no mínimo, 12 (doze) metros de largura.	<b>Art. 1º</b> As pistas de rolamento das estradas vicinais do Município de Tapurah terão por força da presente Lei, no mínimo, <b>07 (sete) metros de largura.</b>
<b>Art. 2º.</b> Os proprietários de terras que fazem divisas com estradas vicinais, e/ou estradas vicinais cortem a propriedade, obrigam-se deixar, no mínimo 11 (onze) metros para cada lado a partir do eixo central.  <b>§ 1º.</b> A excedente de 05 (cinco) metros de cada lado, conforme previsto no caput do presente artigo, será utilizado pelo Município para construção de drenos, visando o escoamento das águas.  <b>§ 2º.</b> Em caso de utilização pelo proprietário da área dos 05 (cinco) metro excedente, e entendido pela Secretaria Municipal de obras, Viação e Serviços urbanos que esteja trazendo prejuízos às estradas, será utilizado pelo Município sem prévio aviso e/ou indenização de espécie alguma, cabendo	<b>Art. 2º.</b> Os proprietários de terras que fazem divisas com estradas vicinais, e/ou estradas vicinais cortem a propriedade, obrigam-se deixar, no mínimo <b>15 (quinze) metros para cada lado a partir do eixo central, sendo considerado esse perímetro como área non aedificandi.</b>  <b>§ 1º.</b> O excedente de metros de cada lado, conforme previsto no caput do presente artigo, será utilizado pelo Município para construção de drenos, visando o escoamento das águas.  <b>§ 2º.</b> Em caso de utilização pelo proprietário da área excedente, e entendido pela Secretaria de infraestrutura e Obras que esteja trazendo prejuízos às estradas, o Município, sem prévio aviso e/ou indenização de espécie alguma, poderá fazer uso das áreas, cabendo ainda aplicação de





**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT  
TEL: (066) 99216-3119

ainda aplicação de multas de 2.000 à 2.500 UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso).

§ 3º. Caso haja necessidade por parte do Poder Público Municipal em fazer micro bacias, poderá ser utilizado mais 10 (dez) metros além daqueles já definidos no presente artigo, em caso de desaguadouro poderá ser utilizado mais 20 (vinte) metros, ou os proprietários, em negociação com a Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos poderão executar o serviço evitando que a cerca seja removida.

multas de 2.000 à 2.500 UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso).

§ 3º. Caso haja necessidade por parte do Poder Público Municipal em fazer micro bacias, poderá ser utilizado mais 10 (dez) metros além daqueles já definidos no presente artigo, em caso de desaguadouro poderá ser utilizado mais 20 (vinte) metros, ou os proprietários, em negociação com a Secretaria de infraestrutura e Obras poderão executar o serviço evitando que a cerca seja removida.

Percebe-se que a principal alteração está na pista de rolamento, que atualmente possui 12 metros de largura e passará para 7 metros. Em contrapartida, haverá o aumento da faixa de domínio da estrada, que antes era de 11 metros para cada lado a partir do eixo central e passará a ser de 15 metros para cada lado, ou seja, um acréscimo de 4 metros em cada margem.

O projeto prevê ainda a revogação das disposições em contrário e em especial a lei 14/1989.

Quanto ao objeto do presente projeto de lei observa-se que está dentro da competência de interesse local, não havendo óbice para as alterações dos dispositivos dos parâmetros mínimos das estradas vicinais.

Assim, inexistindo vedação expressa quanto a matéria objeto da proposta de lei, é forçoso considerar que o projeto mostra-se do ponto de vista jurídico constitucional e se amoldam na competência de interesse local prevista na Constituição Federal e na Lei Orgânica, **assim entendendo pela viabilidade técnica do Projeto de Lei.**

**No que se refere ao mérito do referido Projeto não cabe este Procurador se pronunciar**, uma vez que caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade e necessidade de aprovação, devendo ser respeitada para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Tapurah-MT, 29 de outubro de 2025.

**TANCREDO  
VARGAS SARAIVA  
DE ARAUJO**

**TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAÚJO**

Procurador Jurídico

Portaria 09/2016 – OAB/MT 18697

Assinado de forma digital por  
TANCREDO VARGAS SARAIVA  
DE ARAUJO  
Dados: 2025.10.29 15:50:53  
-04'00'



**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**ASSUNTO:** Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025 – Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária n°348, de 14 de junho de 2000, e dá outras providências.

**RELATOR:** Daise Martins de Souza

**RELATÓRIO:** A Comissão de Justiça e Redação entra em plenário com **Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025** solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

**EXAME DA MATÉRIA**

**1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;


**2 - LEGALIDADE:** O Projeto atende a todos os aspectos legais;

**3 - REGIMENTALIDADE:** O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;

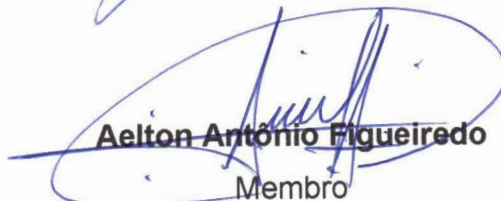
**4 - VOTO:** 03 votos favoráveis.

**5-CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** ao: **Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025** – Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária n°348, de 14 de junho de 2000, e dá outras providências.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; 30 de Outubro de 2.025.

  
**Daise Martins**  
Presidente

  
**Juliano Antunes**  
Secretário

  
**Aelton Antônio Figueiredo**  
Membro





**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

**ATA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Ao trigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, situada à Avenida Paraná, 1.725, às 17h30min reuniu-se esta para **emitir parecer** ao **Projeto de Lei Complementar N° 27/2025** – Altera a Lei Complementar n° 193/2022, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025** – Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária n°348, de 14 de junho de 2000, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária N° 65/2025** – Altera a Lei Municipal 1.109/2016, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária N° 62/2025** – Dispõe sobre a alteração do traçado da estrada Toca da Onça, e dá outras providências **Projeto de Lei Ordinária N° 66/2025** – Autoriza o município de Tapurah a custear parte do material escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária N° 67/2025** – Dispõe sobre a criação e o prolongamento de ruas e estradas no município de Tapurah, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo N° 16/2025** – Institui o feriado escolar no dia 15 de outubro em todas as unidades da rede municipal de ensino de Tapurah, e dá outras providências; **Projeto de Resolução N° 13/2025** – Altera dispositivos da Resolução 122/2023, e dá outras providências. A Presidente, Daise Martins de Souza, como relatora e presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (03) três votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** ao **Projeto de Lei Complementar N° 27/2025, Projeto de Lei Ordinária N°64/2025, Projeto de Lei Ordinária N°65/2025, Projeto de Lei Ordinária N°66/2025, Projeto de Lei Ordinária N°67/2025, Projeto de Resolução N°13/2025**. Estiveram presentes: **PRESENÇA:** Daise Martins, Juliano Antunes, Luiz Augusto Sette, Paulo Ricardo Barbosa Alves, Aelton Figueiredo e Daniele de Lima Zottis. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.

  
**Daise Martins de Souza**  
Presidente/Relatora

  
**Juliano Antunes**  
Secretário



**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

  
**Aelton Antonio Figueiredo**  
Membro



**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

**PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TERRA**

**ASSUNTO:** Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025 – Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária nº348, de 14 de junho de 2000, e dá outras providências.

**RELATOR:** - Aelton Antônio de Figueiredo

**RELATÓRIO:-** A Comissão de Finanças e Orçamentos entra em Plenário com o Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025, solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

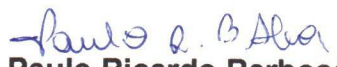
**EXAME DA MATÉRIA**

- 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;
- 2 - LEGALIDADE:** O Projeto atende a todos os aspectos legais;
- 3 - REGIMENTALIDADE:** O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;
- 4- VOTO:** 03 votos favoráveis
- 5-CONCLUSÃO:** A Comissão de Finanças e Orçamentos emite parecer favorável ao Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025 – Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária nº348, de 14 de junho de 2000, e dá outras providências..

Câmara Municipal de Tapurah – MT, 30 de Outubro de 2.025.

  
**Aelton Antônio de Figueiredo**  
Presidente/Relator

  
**Daise Martins de Souza**  
Secretária

  
**Paulo Ricardo Barbosa Alves**  
Membro







**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

**ATA DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E**  
**TERRAS**

Ao trigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, situada à Avenida Paraná, 1.725, às 17h30min reuniu-se está para **emitir parecer ao Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025** – Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária n°348, de 14 de junho de 2000, e dá outras providências.; **Projeto de Lei Ordinária N° 67/2025** – Dispõe sobre a criação e o prolongamento de ruas e estradas no município de Tapurah, e dá outras providências. O presidente Aelton Figueiredo, como relator, presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (03) três votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Obras, Serviços Públicos e Terras emite **parecer favorável ao Projeto de Lei Ordinária N° 64/2025, Projeto de Lei Ordinária N° 67/2025.** Estiveram presentes: **PRESENÇA:** Daise Martins, Luiz Augusto Sette, Paulo Ricardo Barbosa Alves, Daniele de Lima Zottis, Aelton Figueiredo e Juliano Antunes. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.

  
**Aelton Antônio Figueiredo**  
Presidente/relator

  
**Daise Martins de Souza**  
Secretária

  
**Paulo Ricardo Barbosa Alves**  
Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083/0001-60**

Câmara Municipal de Tapurah  
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 723/2025  
Data: 12/11/2025 - Horário: 16:30  
Legislativo - EMD 60/2025

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT  
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: [administrativo@tapurah.mt.leg.br](mailto:administrativo@tapurah.mt.leg.br) site: [www.tapurah.mt.leg.br](http://www.tapurah.mt.leg.br)

**Emenda Modificativa nº 60/2025** ao Projeto de Lei Ordinária 64/2025 – Altera a redação de dispositivos da Lei Ordinária nº 348, de 14 de junho de 2000 e dá outras providências.

**Súmula:** Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 64/2025.

**Autor:** Cleomar Eterno de Campos, Daise Martins de Souza, Juliano Antunes, Luiz Augusto Sette, Paulo Ricardo Barbosa Alves

**Art. 1º** Altera o art. 2º do Projeto de Lei 64/2025 para alterar o art. 2º da Lei 348/2000 que passa a ter a seguinte redação:

**Art. 2º.** Os proprietários de terras que fazem divisas com estradas vicinais, e/ou estradas vicinais cortem a propriedade, obrigam-se deixar, no mínimo 11 (onze) metros para cada lado a partir do eixo central, sendo considerado esse perímetro como área *non aedificandi*.

(...)

**Artigo 2º.** Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação integrando ao Projeto de Lei Ordinária 064/2025.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, as 11 dias do mês de novembro de 2025.

CLEOMAR ETERNO Assinado de forma digital  
DE por CLEOMAR ETERNO DE  
CAMPOS:85817767104  
104 Dados: 2025.11.12  
13:18:31 -04'00'

**Cleomar Eterno de Campos**  
Vereador-PL

JULIANO Assinado de forma  
digital por JULIANO  
ANTUNES ANTUNES 78863694249  
78863694249 Dados: 2025.11.12  
13:18:47 -04'00'

**Juliano Antunes**  
Vereador PL


DAISE MARTINS Assinado de forma digital  
DE por DAISE MARTINS DE  
SOUZA:03713588171  
171 Dados: 2025.11.12  
13:19:13 -04'00'

**Daise Martins de Souza**  
Vereadora-PL

LUIZ AUGUSTO Assinado de forma digital  
SETTE por LUIZ AUGUSTO SETTE  
03610473126  
03610473126 Dados: 2025.11.12 13:19:28  
-04'00'

**Luiz Augusto Sette**  
Vereador - PRD  
PAULO RICARDO Assinado de forma digital por  
BARBOSA ALVES PAULO RICARDO BARBOSA ALVES  
06264866105  
06264866105 Dados: 2025.11.12 13:20:04 -04'00'

**Paulo Ricardo Barbosa Alves**  
Vereador - PP

<b>APROVADO</b>	Por	MAIORIA ABSOLUTA
	Em Sessão de	17 / 11 / 20 25
	Votos Contrários	02
	Votos Favoráveis	07
	 PRESIDENTE	





**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083/0001-60**

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT  
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: [administrativo@tapurah.mt.leg.br](mailto:administrativo@tapurah.mt.leg.br) site: [www.tapurah.mt.leg.br](http://www.tapurah.mt.leg.br)

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores,

A presente emenda tem por finalidade manter a faixa de domínio das estradas rurais municipais em 22 metros, correspondendo a 11 metros a partir do eixo central em cada lado, em vez dos 30 metros originalmente propostos. Ressalta-se que, conforme o art. 9º da Lei Municipal Complementar nº 91/2016, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, a área não edificável subsequente à faixa de domínio é de 15 metros. Tal parâmetro está em consonância com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 6.766/1979, que regula o parcelamento do solo urbano e estabelece normas complementares sobre a matéria, permitindo, inclusive, a redução dessa área não edificável até o limite mínimo de 5 metros.

Dessa forma, a proposta busca manter a regra atual da faixa de domínio de estradas rurais municipais.

As alterações propostas contribuem para modernizar os processos legislativos, promover a imparcialidade na atuação da comissão de ética, alinhando-se aos princípios fundamentais que regem a atividade legislativa.

CLEOMAR ETERNO DE  
CAMPOS:8581776710  
4

Assinado de forma digital  
por CLEOMAR ETERNO DE  
CAMPOS:85817767104  
Dados: 2025.11.12 13:20:23  
-04'00'

**Cleomar Eterno de Campos**  
Vereador-PL

JULIANO

ANTUNES

78863694249

**Juliano Antunes**

Vereador PL

Assinado de forma  
digital por JULIANO  
ANTUNES 78863694249  
Dados: 2025.11.12  
13:20:54 -04'00'

DAISE MARTINS  
DE  
SOUZA:03713588  
171

Assinado de forma digital  
por DAISE MARTINS DE  
SOUZA:03713588171  
Dados: 2025.11.12  
13:20:41 -04'00'

**Daise Martins de Souza**  
Vereadora-PL

LUIZ AUGUSTO  
SETTE

03610473126

**Luiz Augusto Sette**

Vereador - PRD

Assinado de forma digital  
por LUIZ AUGUSTO SETTE  
03610473126  
Dados: 2025.11.12  
13:21:10 -04'00'

PAULO RICARDO  
BARBOSA ALVES  
06264866105

**Paulo Ricardo Barbosa Alves**  
Vereador - PP

Assinado de forma digital por  
PAULO RICARDO BARBOSA ALVES  
06264866105  
Dados: 2025.11.12 13:21:26 -04'00'